UFSM

Artigo Monográfico

Preguiça? Desatenção? Indisciplina? Não. Pode ser dislexia.

Cristiane Araújo Rapeti

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

Santa Maria, RS, Brasil

2007

PREGUIÇA? DESATENÇÃO? INDISCIPLINA?
NÃO. PODE SER DISLEXIA.

por

Cristiane Araújo Rapeti

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria em convênio com a Fundação Áttila Taborda – URCAMP – Campus de São Borja/RS, como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

PROESP/SEESP/CAPES/MEC/UFSM

Santa Maria, RS, Brasil

2007

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação - Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de Especialização

PREGUIÇA? DESATENÇÃO? INDISCIPLINA?
NÃO. PODE SER DISLEXIA.

elaborada por
Cristiane Araújo Rapeti

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: *Déficit Cognitivo e Educação de Surdos*

COMISSÃO EXAMINADORA:

_____
Andréa Tonini
(Presidente/Orientador)

_____
Renata Corcini Carvalho
(Examinadora)

_____
Eliana da Costa Pereira de Menezes
(Examinadora)

_____
Santa Maria, RS, Brasil

Dedico este trabalho a todas as pessoas que possuem dislexia e muitas vezes são incompreendidas, bem como à minha família pelo incentivo e à minha orientadora pela disposição, paciência e competência.

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

PREGUIÇA? DESATENÇÃO? INDISCIPLINA? NÃO. PODE SER DISLEXIA.
AUTOR: Cristiane Araújo Rapeti
ORIENTADOR: Andréa Tonini
Santa Maria, RS, Brasil

Esta pesquisa objetiva discutir a questão da dislexia, enfocando suas definições, procurando descrever as causas, as características principais e evolução dos transtornos de leitura, bem como avaliar o papel da família e da escola no trabalho com pessoas disléxicas, a fim de que se encontrem alternativas pedagógicas para o educador trabalhar com alunos que apresentam tal dificuldade. A dislexia é um dos transtornos de aprendizagem mais comuns, que interfere no processo de leitura, sendo um distúrbio de linguagem. Observa-se que este transtorno ainda é de pouco conhecimento no meio escolar, havendo necessidade de o professor conhecer sobre este assunto, pois poderá ter um aluno disléxico em sua sala e terá que fazer algo para ajudá-lo, para incentivá-lo, para destacar seus acertos e não realçar seus erros, pois o aluno com este transtorno de leitura e escrita tem uma dificuldade, não uma impossibilidade. Para investigar este tema utilizou-se da pesquisa bibliográfica, fundamentando-se em teóricos como Vítor Fonseca, Jesus Nicasio García, Maria Eugênia Ianhez, Newra Tellecha Rotta, Felipe Alliende, dentre outros, para que assim se pudesse compreender melhor a dislexia, contribuindo para um maior esclarecimento sobre o assunto e para que as pessoas disléxicas sejam compreendidas, respeitadas e possam viver harmonicamente em sociedade.

Palavras-chave: educação especial - dislexia – aprendizagem - escola

ABSTRACT

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

PREGUIÇA? DESATENÇÃO? INDISCIPLINA? NÃO. PODE SER DISLEXIA.
AUTOR: Cristiane Araújo Rapeti
ORIENTADOR: Andréa Tonini
Data e Local da Defesa: São Borja

This search has as objective discuss the dyslexia's question, focusing its definitions, seeking to describe the causes, the main characteristics and evolution of reading's perturbation, as well as to evaluate the family and school's role in the work with dyslexic people, in order to find pedagogical alternatives for the educator work with pupils that present such difficulty. Dyslexia is one of the most common learning perturbations, which interferes in reading process, being a language disturbance. It is observed that this perturbation is still little know in scholar environment, so it is necessary to the teacher know about this subject, because he/she may have a dyslexic pupil in his/her room and he/she will have to do something to help him/her, to stimulate him/her, to emphasize his/her skills and don't enhance his/her errors, since the pupil with reading and writing perturbation has a difficulty, not an impossibility. To investigate this theme it was used bibliographical search, having basis in theoretical as Vítor Fonseca, Jesus Nicasio García, Maria Eugênia Ianhez, Newra Tellecha Rotta, Felipe Alliende, among others, then this way dyslexia could be better understood, contributing to a larger explanation about the subject and in order to dyslexic people be comprised, respected and for they can live harmonically in society.

Key-words: special education – dyslexia – learning – school

PREGUIÇA? DESATENÇÃO? INDISCIPLINA? NÃO. PODE SER DISLEXIA.

1.Introdução

O presente artigo monográfico é resultado do Curso de Especialização em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, realizado por um convênio entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Fundação Áttila Taborda – Urcamp/Campus de São Borja.

Esta pesquisa visa mostrar a problemática que gira em torno da dislexia. Sabe-se que existem vários tipos de transtornos de aprendizagem, sendo um campo de estudo amplo. Dentre as dificuldades existentes, a dislexia representa dificuldades de leitura e escrita, em geral, e do transtorno de leitura, em particular, vem suscitando desde há muito tempo o interesse de psicólogos, professores, pediatras e outros profissionais interessados na investigação dos fatores implicados no insucesso educativo de determinados alunos nas aprendizagens básicas de leitura e escrita.

A maioria dos educadores não espera ter um aluno com necessidades educacionais especiais em sala de aula, mas com o processo de inclusão, há a necessidade de que eles procurem se atualizar, se informar e estudar sobre este assunto. Além disso, a inclusão está garantida e orientada por diversos textos legais e normativos, como a Constituição Federal de 1988, a Lei 9.394/94 e as normas complementares à legislação emanadas pelo Conselho Nacional de Educação dão amparo aos alunos com transtornos de aprendizagem por ser considerado uma necessidade educacional especial.

Em se tratando de uso de terminologias, fazemos hoje uma análise nas expressões jurídicas da Constituição Federal de 1988, porque estávamos em pleno final do século XX, cujo conceito de *deficiência* era herança da Medicina de séculos anteriores. A terminologia “portadores de deficiência” nos remete a um Brasil excludente que tratava seus doentes, deficientes ou não, como “portadores de moléstia infecciosa”. Este enfoque clínico, assim, perdurou até a Constituição Federal de 1988.

A LDBEN, Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é derivada da Constituição Federal, e no seu artigo 4º, inciso III, diz que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado gratuito aos *educandos com necessidades especiais,* preferencialmente na rede regular de ensino.

O quadro das dificuldades de aprendizagem absorve uma diversidade de necessidades educacionais, destacadamente associadas a: problemas psicolingüísticos (dislexia e disfunções correlatas), psicomotores, cognitivos (atenção, concentração, percepção, memória) hiperatividade e ainda, a fatores escolares, ambientais e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional.

Há também avanços do dispositivo da Lei 9.394/96: a) O atendimento educacional é *gratuito.* Portanto, a oferta do atendimento especializado, no âmbito da rede oficial de ensino, não pode ser cobrada; b) Pessoas em idade escolar são consideradas "educandos com necessidades especiais", o que pressupõe um enfoque pedagógico, ou mais, precisamente, um enfoque psicopedagógico, em se tratando do atendimento educacional.

Mais recentemente, as manifestações do Conselho Nacional de Educação, no esforço de construir um arcabouço de diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, assinalam no Parecer CNE/CEB n. º l7/2001, de 03 de julho de 2001 e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, que os sistemas de ensino devem matricular todos os educandos com necessidades educacionais especiais[1], considerando estes, como "aqueles que têm, no seio escolar,

[1] Segundo a Declaração de Salamanca, a expressão *Necessidades Educativas Especiais (NEE)* tornou-se bastante conhecida no meio acadêmico, no sistema escolar, nos discursos oficiais e mesmo no senso comum. Surgiu da intenção de atenuar ou neutralizar a acepção negativa da terminologia "portador de deficiência", dentre outros termos adotados para distinguir os indivíduos em suas singularidades por apresentarem limitações físicas, motoras, sensoriais, cognitivas, lingüísticas ou ainda síndromes variadas, altas habilidades, condutas desviantes etc.

dificuldades específicas de aprendizagem, ou limitações no processo de desenvolvimento que dificultem o acompanhamento das atividades curriculares".

1) As crianças com dislexia e dificuldades correlatas (dislalia, disgrafia e disortografia), por exemplo, estão no grupo daqueles educandos com dificuldades "não vinculadas a uma causa orgânica específica", enquanto as crianças desnutridas e com dificuldades de assimilação cognitiva, por seu turno, estão enquadradas entre "aquelas relacionadas a condições, disfunções, limitações ou deficiências". Aqui, dislexia pode, sobretudo, ser entendida como uma dificuldade específica no aprendizado da leitura, comprometendo a soletração (decodificação textual) e a compreensão textual.

2) *Os educandos com dificuldades de comunicação e sinalização.* Estas, no entender dos conselheiros, são as "diferenciadas dos demais alunos", o que demandaria a utilização de linguagens e códigos aplicáveis. As crianças cegas de nascença, por exemplo, se enquadrariam neste grupo.

3) *Os educandos com facilidades de aprendizagem.* Os conselheiros observam que há alunos, que por sua acentuada facilidade de assimilação de informações e conhecimentos não podem ser excluídos da rede regular de ensino. Aqui, o valor está em avaliar que são especiais aqueles que "dominam rapidamente conceitos, procedimentos e atitudes" no meio escolar.

A inserção de educandos com necessidades educacionais especiais no meio escolar é uma forma de tornar a sociedade mais democrática. Da mesma forma, a transformação das instituições de ensino em espaço de inclusão social é tarefa da sociedade.

Apesar de toda a legislação existente e de discussões realizadas em âmbito escolar, muitas vezes, professores mal informados, confundem a dificuldade em ler e escrever que seus alunos apresentam, como sendo um sinal de baixa capacidade intelectual. Pessoas com transtornos de leitura apresentam desenvolvimento intelectual correspondente à média do seu grupo etário.

Há também educadores que acreditam que os alunos que não conseguem ler são preguiçosos, mal educados, apáticos, dentre outros adjetivos pejorativos. Porém, o docente deve procurar conhecer a realidade daqueles que irá trabalhar suas reais dificuldades, suas concretas capacidades, bem como suas limitações.

Frente ao contexto exposto, esta pesquisa objetiva discutir a questão da dislexia, enfocando suas definições, procurando descrever as causas, as características principais e evolução dos transtornos de leitura, bem como avaliar o papel da família e da escola no trabalho com pessoas disléxicas, a fim de que se encontrem alternativas pedagógicas para o educador trabalhar com alunos que apresentam tal dificuldade, como tendo um potencial a ser desenvolvido e não como uma “carga” para se carregar.

Para a realização desta pesquisa optou-se pela pesquisa bibliográfica. Esta, abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, documentos, manuscritos etc, que forneceram subsídios a este trabalho.

Este artigo inicia-se apresentando uma reflexão sobre a linguagem, sobre o ato de ler e escrever que deve ser preocupação constante de todos os professores, independente da série e do componente curricular que lecionam. Na seqüência, procurou-se definir o que é dislexia, suas características, suas conseqüências e sugestões de atividades e recursos para se trabalhar com pessoas disléxicas.

2. Referencial Teórico

2.1 Ler e escrever: preocupação de todas as áreas

Sabe-se que a linguagem é fundamental para o sucesso escolar. Ela está presente em todas as disciplinas e todos os educadores são potencialmente educadores de linguagem, porque utilizam a língua materna como instrumento de transmissão e troca de informações. Por isso, é dever de todos estar atentos ao processo de aprendizagem de seus alunos, independente da disciplina que lecionam.

Segundo Pinto (2003) são quatro as habilidades da linguagem verbal: ler, escrever, ouvir e falar. Destas, a leitura é a habilidade lingüística mais difícil e

complexa. Ela compreende duas operações fundamentais: a decodificação e a compreensão.

Alliende (1987) diz que a decodificação é a capacidade que temos como escritores, leitores ou aprendentes de uma língua para identificarmos um signo gráfico por um nome ou por um som. Esta capacidade ou competência lingüística consiste no reconhecimento das letras ou signos gráficos e na tradução dos signos gráficos para uma linguagem oral ou para um outro sistema de signo.

A aprendizagem da decodificação se consegue por meio do alfabeto e da leitura oral ou transcrição de um texto. Conhecer o alfabeto não significa apenas o reconhecimento das letras, e sim, entendermos a evolução da escrita como: a) a pictográfica (desenho figurativo), a ideográfica (representação de idéias sem indicação dos sons das palavras) e a fonográfica (representação dos sons das palavras).

Segundo Alliende (1987), a compreensão é a captação do sentido ou conteúdo das mensagens escritas. Sua aprendizagem ocorre através do domínio progressivo de textos escritos cada vez mais complexos.

Para Fonseca (1995, p. 22):

> Conseguir ler e escrever é um direito humano fundamental que deve ser edificado em respeito pela dignidade humana. Só através da leitura e da escrita independentemente operadas, o ser humano compreenderá a dialética da natureza e respeitará a civilização. É óbvio que aqui se ligam aspectos sócio-políticos e sócio-culturais que tardam em ser resolvidos internacionalmente.

O que ocorre, muitas vezes, é que a preocupação com a linguagem, com o ler, com o escrever adequadamente, se torna uma obrigação apenas do professor de Língua Portuguesa. Os demais ficam isentos desta preocupação, conseqüentemente, da responsabilidade em ajudar seu aluno no processo de leitura e escrita. Este é um dos maiores problemas que os professores cometem com alunos que apresentam transtornos de leitura, pois em nada ajudarão, pelo contrário, poderão muitas vezes rotulá-los como sendo alunos problemáticos, indisciplinados, desinteressados.

Em conseqüência, há a necessidade de se estudar profundamente este transtorno, de saber quais as características, que fatores influenciam para o surgimento e qual o reflexo na educação escolar.

2.2 Dislexia: algumas definições

As competências de leitura e escrita são consideradas como objetivos fundamentais de qualquer sistema educativo, pois constituem aprendizagens de base e funcionam como uma mola propulsora para todas as restantes aprendizagens. Assim, um aluno com dificuldades nestas áreas apresentará lacunas em todas as restantes, o que poderá provocará um desinteresse cada vez mais marcado por todas as aprendizagens escolares e uma diminuição da sua auto-estima.

A Associação Nacional de Dislexia (ADN), 2006, diz que o vocábulo *dislexia* é derivado do grego “dis” (dificuldade) e “lexia” (linguagem), sendo definida como uma falta de habilidade na linguagem que se reflete na leitura.

Conforme Christine Gorman em *The New Science of Dislexia (2003),* a dislexia é um dos mais comuns transtornos de aprendizado. Segundo pesquisas realizadas, 20% de todas as crianças sofrem de dislexia – o que faz com que elas tenham problemas ao aprender a ler, escrever e soletrar. É uma perturbação ou transtorno na leitura. A criança disléxica é um mau leitor: é capaz de ler, mas não é capaz de entender o que lê de maneira eficiente. À primeira vista, o que nos chama a atenção é que uma criança disléxica é inteligente, habilidosa em tarefas manuais, mas apresenta um quadro de dificuldade de leitura que persiste da Educação Infantil ao Ensino Superior.

Antigamente, no início do século XX, a dislexia era vista como um transtorno da aprendizagem hereditário, congênito, sem causas culturais, intelectuais e emocionais, onde a criança falha no processo da aquisição da linguagem. Nesta época, os psicólogos e educadores deram pouca importância a este assunto, se detinham apenas no seu aspecto pedagógico. Ao mesmo tempo, a classe médica negligenciava o problema em sala de aula, o que favorecia para que houvesse uma grande lacuna entre a recuperação das crianças e o seu problema.

Alguns anos depois, por volta de 1925, uma pesquisa foi realizada em unidades de saúde mental dos Estados Unidos, esta mostrou que a dificuldade de ler, escrever e soletrar se constituía nas causas mais freqüentes dos encaminhamentos realizados. E por isso, vários autores começaram a estudar e escrever o distúrbio. Oftalmologistas. Norte-americanos, ajudaram a identificá-lo, alegando que “Não são os olhos que lêem, mas o cérebro”. (Rotta, 2006)

No Brasil, no ano de 1983, foi criada a Associação Brasileira de Dislexia (ABD), que tinha por objetivos esclarecer, divulgar, ampliar conhecimentos e ajudar disléxicos em sua dificuldade específica de linguagem. Segundo a Associação, se a dislexia for detectada, diagnosticada e tratada adequadamente, o paciente pode ter melhora até de 80%.

Rotta (2006), diz que a década de 1990 foi pródiga em trabalhos que tentavam desvendar os aspectos genéticos envolvidos na dislexia. Por outro lado, inúmeros autores, utilizando-se de exames complementares, provaram a possibilidade de malformações ou alterações funcionais cerebrais em crianças disléxicas. Atualmente, os estudos mais recentes estão no campo psiconeurológico.

Há a discussão de que para alguns teóricos, a dislexia é herdada, ou seja, uma criança disléxica tem o pai, avô, tio ou primo também disléxico. Fonseca (1995, p.21) cita Samuel Orton que confirma esta idéia: “Para Orton, muito dos atrasos e dificuldades do desenvolvimento da linguagem são função do desvio no processo da superioridade unilateral do cérebro e de fatores hereditários”.

Várias são as definições sobre este assunto. Segundo a ABD, 2007, a mais utilizada é a de 1994 da Intenational Dyslexia Association (IDA):

> Dislexia é um dos muitos distúrbios de aprendizagem. É um distúrbio específico de origem constitucional caracterizado por uma dificuldade na decodificação de palavras simples que, como regra, mostra uma insuficiência no processamento fonológico. Essas dificuldades não são esperadas com relação à idade e a outras dificuldades acadêmicas cognitivas; não são um resultado de distúrbios de desenvolvimento geral nem sensorial. A dislexia se manifesta por várias dificuldades em diferentes formas de linguagem freqüentemente incluindo, além das dificuldades com leitura, uma dificuldade de escrita e soletração.

Conforme *Fonseca* (1999) a dislexia é uma dificuldade duradoura da aprendizagem da leitura e aquisição do seu mecanismo, em crianças inteligentes, escolarizadas, sem qualquer perturbação sensorial e psíquica já existente.

Já para García (1998, p.174):

> Este transtorno não é devido nem à deficiência mental, nem a uma inadequada ou escassa escolarização, nem a um déficit visual ou auditivo, nem a um problema neurológico. Somente se classifica como tal se é produzida uma alteração relevante no rendimento acadêmico ou da vida cotidiana.

Pessoas disléxicas – e que nunca se trataram – lêem com dificuldade, pois é difícil para elas assimilarem palavras. Disléxicos também geralmente soletram muito mal. Isto não quer dizer que crianças disléxicas são menos inteligentes; aliás, muitas delas apresentam um grau de inteligência normal ou até superior ao da maioria da população.

Condemarim (1986) expressa seu pensamento sobre dislexia dizendo que representa um conjunto de sintomas reveladores de uma disfunção parietal (o lobo do cérebro onde fica o centro nervoso da escrita), geralmente hereditário, ou às vezes adquirida, que afeta a aprendizagem da leitura num contínuo que se estende do leve sintoma ao severo. É freqüentemente acompanhada de transtorno da aprendizagem da escrita, ortografia, gramática e redação.

Gorman (2003) afirma que diferentemente de outras pessoas, os disléxicos processam informações em uma área diferente de seu cérebro; não obstante, os cérebros de disléxicos são absolutamente normais. A dislexia parece resultar de falhas nas conexões cerebrais. Existem tratamentos que amenizam e até curam a dislexia. Estes tratamentos buscam estimular a capacidade do cérebro de relacionar letras aos sons que as representam e, posteriormente, ao significado das palavras que elas formam. Alguns pesquisadores acreditam que quanto mais cedo é tratada a dislexia, maior a chance de corrigir falhas nas conexões cerebrais da criança. Em outras palavras, a dislexia, se tratada nos primeiros anos de vida da criança, pode ser curada por completo.

2.3 Características da dislexia

2.3.1 Alguns sinais da dislexia na Pré-escola

Há a necessidade de que o diagnóstico da dislexia seja precoce. Já nos primeiros anos da Educação Infantil, pais e educadores devem se preocupar em encontrar indícios de dislexia em crianças de 4 a 5 anos aparentemente normais. Quando não se diagnostica a dislexia ainda na Educação Infantil, os distúrbios de letras podem levar crianças de 8 a 9 anos apresentar perturbações de ordem emocional, afetiva e lingüística. Uma criança disléxica encontra dificuldade para ler e as frustrações acumuladas podem conduzir a comportamentos anti-sociais, à agressividade e a uma situação de marginalização progressiva.

Deve-se observar se há fraco desenvolvimento da atenção; imaturidade no trato com outras crianças; atraso no desenvolvimento da fala e da linguagem; atraso no desenvolvimento visual; dificuldade com quebra-cabeça; falta de interesse por livros e impressos; fraco desenvolvimento da coordenação motora, entre outras características. A apresentação de algumas dessas características não significa que a pessoa seja disléxica, mas que apresenta um quadro de risco.

2.3.2 Dislexia na idade escolar

De acordo com Pennington (1997), as características mais comuns de serem observadas, tanto na leitura como na escrita são: confusão de letras, sílabas ou palavras com pequenas diferenças de grafia: a/o, c/o, e/f; confusão de letras que possuem sons parecidos: b/d, p/q, d/t, m/b; inversão parcial ou total de sílabas ou palavras: *me* em vez de *em*, *sol* em vez de *los*, som em vez de mos; substituição de palavras por outras estruturas, mais ou menos semelhantes: salvou no lugar de saltou, sentiu no lugar de mentiu; contaminação de sons: lalito em vez de palito; adição ou omissão de sons, sílabas ou palavras: casa em vez de casaco, neca em vez de boneca; repetição de sílabas, palavras ou frases: mamacaco, paipai; salto de linha, volta à linha anterior e perda da linha durante a leitura; acompanhamento com o dedo da linha que está sendo lida; leitura do texto, palavra por palavra; problema de compreensão do texto; escrita em espelho (em sentido inverso ao normal); letra ilegível; leitura analítica e decifratória. Quando lê silenciosamente a criança não

consegue deixar de murmurar ou mover os lábios, pois precisa pronunciar as palavras para entender o seu significado; dificuldade em exprimir suas idéias e pensamentos em palavras; dificuldade na memória auditiva imediata.

Para Ianhez (2002) os sinais importantes de dislexia na idade escolar são:

- lentidão na aprendizagem dos mecanismos da leitura e escrita;
- trocas ortográficas ocorrem, mas dependem do tipo de dislexia;
- problema para reconhecer rimas e alterações (fonemas repetidos em uma frase); desatenção e dispersão;
- desempenho escolar abaixo da média em matérias específicas, que dependem da linguagem escrita;
- melhores resultados nas avaliações orais, do que nas escritas;
- dificuldade de coordenação motora fina (para escrever, desenhar e pintar) e grossa (é descoordenada);
- dificuldade de copiar as lições do quadro, ou de um livro;
- problema de lateralidade (confusão entre esquerda e direita, ginástica);
- dificuldade de expressão: vocabulário pobre, frases curtas, estrutura simples, sentenças vagas;
- dificuldade em manusear mapas e dicionários;
- esquecimento de palavras; problema de conduta: retração, timidez, excessiva e depressão;
- desinteresse ou negação da necessidade de ler;
- leitura demorada, silabadas e com erros: esquecimento de tudo o que lê;
- salta linhas durante a leitura, acompanha a linha de leitura com o dedo;
- dificuldade em matemática, desenho geométrico e em decorar seqüências;
- desnível entre o que ouve e o que lê. Aproveita o que ouve, mas não o que lê;
- demora demasiado tempo na realização dos trabalhos de casa; não gosta de ir à escola;
- apresenta “picos de aprendizagem”, nuns dias parece assimilar e compreender os conteúdos e noutro, parece ter esquecido o que tinha aprendido anteriormente;
- pode evidenciar capacidade acima da média em áreas como: desenho, pintura, música, teatro, esporte etc.

Pais, professores e educadores devem estar atentos a estas características, bem como a dois importantes indicadores para o diagnóstico precoce da dislexia: a história pessoal do aluno e as suas manifestações lingüísticas nas aulas de leitura e escrita. Caso contrário, eles confundirão dislexia com preguiça ou má disciplina. É comum que crianças disléxicas expressem sua frustração por meio de mal-comportamento dentro e fora da sala de aula.

Porém, não se deve vulgarizar ou generalizar o termo dislexia. Atualmente, observa-se que qualquer distúrbio de linguagem apresentado pela criança, logo é qualificado como dislexia, tanto pelos pais como pela escola. O problema nem sempre está na criança e sim nos processos educacionais, sob a responsabilidade familiar, ou nos processos formais de aprendizagem, sob incumbência de um educandário. Além disso, há a problemática da alfabetização precoce, pois cada vez mais as crianças estão menos prontas para o processo e são identificadas dificuldades de aprendizagem que, na realidade, não existem.

Lima (2002) enfatiza que todo processo de aprendizagem está articulado à história de cada indivíduo, e o ser humano aprende com mais facilidade quando o novo pode ser relacionado com algum aspecto da sua experiência prévia, com o conhecimento anterior, com alguma questão que o indivíduo se colocou, com imagens, palavras e fatos que estão em sua memória, com vivências culturais.

Para ensinar crianças com transtorno de aprendizagem, é preciso conhecer os processos de desenvolvimento e educacionais. Daí resulta a importância da pré-escola, que é época propícia para desenvolver as capacidades globais da criança, inclusive as que apresentam algumas características da dislexia, através de métodos ativos e baseados, por exemplo, na psicologia de Jean Piaget. É preciso então, atender aos estágios de desenvolvimento global da criança, sem pressa de alfabetizar, antes que esteja com as áreas do desenvolvimento bem estimuladas.

Além disso, quando os professores se deparam com crianças inteligentes, saudáveis, mas com dificuldade de ler e entender o que leram, devem investigar imediatamente se há existência de casos de dislexia na família. Em geral, a história pessoal de um disléxico traz traços comuns, como o atraso na aquisição da linguagem, atrasos na locomoção e problemas de dominância lateral. O histórico de

dificuldades na família e na escola poderá ser de grande utilidade para profissionais como educadores especiais, psicólogos, psicopedagogos e neuropsicólogos que atuam no processo educacional ou de reeducação lingüística das crianças disléxicas.

Segundo Fonseca (1995, p.94):

> Os professores terão de aceitar que não há métodos bons e métodos maus. Há sim métodos que servem para umas crianças e não para outras. Não é porque uma criança não aprende por um método que se tem de concluir que não aprenderá.

Não é por acaso que hoje, os profissionais de saúde (mais do que os educadores) são os grandes leitores e autores de obras relacionadas com as patologias de linguagem. Quase sempre, com a ajuda desses profissionais que se dedicam à reeducação lingüística, diagnóstico e intervenção, o problema da dislexia é amenizado, compensado, mas não significa a superação definitiva do distúrbio.

Sobre isto, argumenta Fonseca (1995, p. 94):

> Só uma pequena percentagem de crianças não tem problema de aprendizagem. A escola e professor têm de se preparar para essa nova realidade, talvez com o apoio de psicólogos escolares e com professores especializados, não esquecendo a importância de programas planificados e hierarquizados a luz da investigação pedagógica.

O educador, principal agente do processo educacional, deveria ou deve ser o mais aplicado, o mais qualificado, nas questões referentes à pedagogia da lectoescrita.

Sem um trabalho consistente da escola, as trocas de letras simétricas, por exemplo, tendem a persistir por toda vida escolar. Em alguns casos, claro, com menos freqüência. Outros, uma dificuldade que acompanhará a criança, o jovem e o adulto por toda sua vida.

É necessário o trabalho de educação lingüística, isto é, formar a consciência fonológica dos sons da fala. Ensinar bem as vogais e as consoantes da língua materna. É esta consciência fonológica ou lingüística que fará com que a criança, ao

escrever palavras com letras simétricas (p, b, p, q), pense e repense sobre o processo da escrita alfabética.

Uma das conseqüências da falta de consciência fonológica é, na escrita formal, os alunos, “saltarem” grafemas, por exemplo: *coisa,* ela escreve *coia/ glóbulo/gobulo.*

Nos lares, a tarefa do que se aprender na escola se constitui um complemento importante, desde que os pais se sintam parte do processo. Aliás, a educação escolar de qualidade é um dever das instituições compartilhado por familiares e co-responsabilidade dos que operam com os saberes sistemáticos, que envolve a sociedade como um todo.

2.4 Conseqüências da dislexia

Entre as conseqüências da dislexia encontramos a repetência, a evasão, pois se o problema não é detectado e acompanhado, a criança não aprende a ler e escrever. Acontece também o desestímulo, a solidão, a vergonha, e implicações em seu autoconceito e rebaixamento de sua auto-estima, porque o aluno perde o interesse em aprender, se acha incapaz e desprovido de recursos intelectuais necessários para tal. Pode apresentar uma conduta inadequada com o grupo, gerando problemas de comportamento, como agressividade e até envolvimento com drogas. Portanto, as seqüelas são as mais abrangentes, em todos os setores da vida. Começa com um distúrbio de leitura e escrita e acaba com um problema que pode durar a vida inteira, como depressão e desvio de conduta.

2.5 Metodologias, técnicas e sugestões para auxiliar o disléxico

Para auxiliar o aluno disléxico em suas dificuldades, a escola deve dar encorajamento, atender e respeitar as capacidades, os limites da criança, estar bem informada para amparar a criança em sua dificuldade, manter o professor da classe familiarizado com a dislexia, para compreender e apoiar a criança na sala de aula, reconhecer a necessidade de ajuda extra e desenvolver um clima de paciência, para que as crianças possam ter tempo para cumprir suas tarefas e até mesmo, repeti-las várias vezes para retê-las.

A ABD (2007) faz algumas sugestões neste sentido, visando à melhoria da qualidade de vida da criança disléxica, tais como:

- estabelecer horários para refeições, sono, deveres de casa e recreações;

- as roupas devem ser arrumadas na seqüência que ela vai vestir, para evitar confusões e preocupações à criança (simplificar usando zíper em vez de botão, sapatos e tênis sem cordão e camisetas);

- quando for ensinar a amarrar os sapatos, não fique de frente para a criança, coloque-se ao seu lado, com os braços sobre o ombro dela;

- reforçar a ordem das letras do alfabeto, cantando e dividindo-as em pequenos grupos;

- ensinar a criança a “sentir” as letras através de diferentes texturas de materiais, como areia, papel, veludo, sabão etc;

- ler histórias que se encontrem no nível de entendimento da criança;

- providenciar para que a criança use lápis ou canetas grossas, com película de borracha ao redor, e que sejam de forma triangular etc.

Também segundo a ABD, para que o aluno com transtorno de leitura e escrita consiga acompanhar a turma deve ser proporcionado a ele os seguintes recursos e/ou procedimentos:

- iniciar cada novo conteúdo, com um esquema, mostrando o que será apresentado no período. No final, resumir os pontos-chaves; usar vários recursos de apoio para apresentar a lição à classe, além do quadro-negro, projetor de slides, retro projetor, vídeos e outros recursos multimídia;
- introduzir vocabulário novo ou técnico de forma contextualizada;
- evitar dar instruções orais e escritas ao mesmo tempo;
- avisar, com antecedência, quando houver trabalhos que envolvam leitura, para que o aluno encontre outras formas de realizá-lo, como gravar o livro, por exemplo;
- fazer revisões com tempo disponível para responder às possíveis dúvidas;

- autorizar o uso de tabuadas, calculadoras simples, rascunhos e dicionários, durante as atividades e avaliações; aumentar o limite do tempo para atividades escritas;

- ler enunciados em voz alta e verificar se todos entenderam o que está sendo pedido;

- usar gravador; uso de gravuras e fotografias (a imagem é essencial);

- não deve ser forçada a ler em voz alta, em classe, a menos que demonstre desejo em fazê-lo;

- uso de informática, como corretor ortográfico.

3. Considerações finais

Muitas vezes, crianças inteligentes, mas que sofrem de dislexia, aparentam ser péssimos alunos; muitas dessas crianças se envergonham de suas dificuldades acadêmicas, abandonam a escola e se isolam de amigos e familiares. Alguns pais, por falta de conhecimento, se envergonham de ter um filho disléxico e evitam tratar do problema. Mas sabe-se que crianças disléxicas que recebem um tratamento apropriado podem levar uma vida tranqüila. Além disso, para muitos pais a dificuldade em lidar com uma criança disléxica é imensa, pois a dislexia exige muita paciência e dedicação.

Espera-se que a escola tenha sensibilidade à questão e busque atualizar seus conhecimentos para detectar os sintomas sugestivos da dislexia e também, comunicar adequadamente aos pais de suas suspeitas, incentivando o encaminhamento para o diagnóstico clínico, apoiando e adotando as condutas orientadas pelos profissionais especializados como ensino personalizado, avaliação adaptada e maior compreensão do comportamento e necessidades do aluno disléxico. Assim, conseguirá promover a integração social do mesmo, respeitando suas particularidades de aprendizagem, visando melhorar a imagem negativa que em geral esses alunos têm de si próprios.

Conclui-se então que ensinar alunos disléxicos a ler e a processar informações com mais eficiência é um processo de longo prazo. Mas, por outro lado, pessoas disléxicas, podem aprender a pensar de forma diferente, se tornando mais criativas

com idéias inovadoras que superam as não-disléxicas. Pode não ser determinante, mas vale lembrar que algumas personalidades que se tornaram célebres também tinham esta dificuldade de aprendizagem, entre elas o desenhista Walt Disney, a escritora Agatha Christie, o inventor Thomas Edison e o ator Tom Cruise.

Além disso, deve-se fazer cumprir os direitos assegurados por lei destas pessoas, pois crianças e adolescentes com dislexia podem, por exemplo, pedir para fazer provas orais, ter uma hora a mais na realização de provas escritas e usar livremente uma calculadora.

Portanto, a escola deve estar preparada, com professores aptos para dar uma resposta eficaz, de forma a identificar o problema e fazer o encaminhamento adequado e juntamente com os pais, procurar proporcionar ao disléxico, a sua inserção na escola e na sociedade. Devendo ser um lugar cada vez mais aberto, sensível e atento às dificuldades dos alunos, porque a criança adquire conhecimentos e evolui quando se sente segura, compreendida e acolhida. Por outras palavras, a criança só aprende quando se sente feliz, seguro e competente.

REFERÊNCIAS

ALLIENDE, Felipe. Condemarin, Mabel. **Leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento.** Trad. José Cláudio de Almeida Abreu. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96.

CONDEMARIN, Mabel e BLOMQUIST. Marlys. Dislexia: manual de leitura corretiva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

CORDE. (1994). Declaração de Salamanca e sua Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF.

ESTILL, C. A. **Dislexia: as muitas faces de um problema de linguagem. Em** www.andislexia.org.br **Acesso em 20/09/2007**

FONSECA, Vítor. **Introdução às dificuldades de aprendizagem.** Porto Alegre: Artmed,1995.

GARCÍA, Jesus Nicasio. **Manual de dificuldades de aprendizagem: linguagem, leitura, escrita e matemática**. Trad. Jussara Haubert Rodrigues. Porto Alegre: Artmed, 1998.

IANHEZ, Maria Eugênia e NICO, Maria Ângela. **Nem sempre é o que parece: como enfrentar a dislexia e os fracassos escolares.** São Paulo: Elsevier, 2002.

LIMA, Elvira Souza. **Quando a criança não aprende a ler e a escrever**. São Paulo: Editora Sobradinho, 2002.

Pennington, B.F. **Diagnóstico de distúrbios de aprendizagem.** São Paulo: Pioneiras Sociais, 1997.

PINTO, Maria Alice Leite. (Org.) **Psicopedagogia: diversas faces, múltiplos olhares.** São Paulo: Olho d' Água, 2003.

ROTTA, Newra Tellecha. et al. **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurológica e Multdisciplinar.** Porto Alegre: Artmed, 2006.

www.dislexia.org.br. Acesso em 10/09/2007.

www.psicopedagogia.com.br Acesso em 15/09/2007

www.interdys.org/ Acesso em 20/09/2007

Time – July 20, 2003 – The New Science of Dislexia – By Christine Gorman